

Os Portugueses no Mundo Cuanhama (kwanyama)

Professor
José Carlos de Oliveira



I - “Terras do Fim do Mundo “Missionários de Sempre”

Ortega e Gasset era “ele e a sua circunstância”. Eu sou principalmente “eu e os outros”. Muitos? Incontáveis.

Tantos quantos, com o seu pensamento e acção, contribuíram para moldar o que eu era e realizar o que sou. Consciente ou inconsciente, a todos levo dentro de mim[1].

Eu e os Outros

In Illo Tempore

Naquele tempo pensava e escrevia assim o missionário Keiling:

...Era preciso estudar-lhes a mentalidade, penetrando mais nos seus costumes, examinando como se poderia influenciar a sua mentalidade, para deles nos servirmos, a fim de cristianizar e civilizar. Era necessário aprender a fundo a língua, custasse o que custasse, para me fazer compreender bem por eles. Estas coisas não se alcançam num dia, mas só graças ao contacto continuado com os indígenas, tomando sobre eles um certo poder de amizade, por múltiplos serviços prestados. Por isso, fiz por ser útil a todos, procurando a intimidade dos sobas, dos curandeiros. Bebendo com eles um pouco de cerveja indígena, acariciando-lhes os filhos, o que os mais velhos viam sempre com muita satisfação. Louvava-lhes e admirava-lhes os conhecimentos de medicina, ensinando-lhes também a curar com os remédios europeus, sobretudo quando os deles já não podiam fazer nada.[2]



A Organização do trabalho

O tema deste artigo agrupa-se numa mais abrangente serie de escritos enquadrados no fenómeno colonial vivido em Angola e, refere-se especialmente ao período do *Advento da Civilização Técnica e da Ciência Aplicada à Consequente 'Situação Colonial* [3]. Os artigos já publicados, prontos e em preparação, são os seguintes:

- "Angola Lavrando a Terra"

Artigo (em fase de conclusão) e documentário com duração de 14 minutos que tem por base cerca de 120 registos fotográficos sobre as relações entre povos do extinto reino do Kongo e Angola, versus ocupação efectiva portuguesa.

- "Terras do Fim do Mundo"

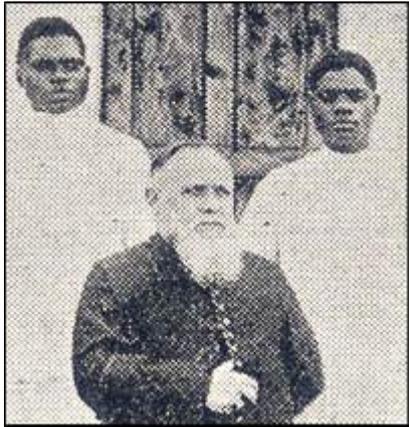
Artigo já publicado na Revista Militar de Janeiro de 2006 a que se acrescentou um documentário que vale, antes do mais, pelos registos fotográficos apresentados (muitos inéditos).

- "Terras do Fim do Mundo, Missionários de Sempre"

Trata-se do presente artigo a que se acrescentará um documentário de cerca de 15 minutos, neste momento em execução.

- "Os Últimos Reis do Kongo e o Residente Faria Leal"

O autor presume que o tema é inédito, pela forma de apresentação e conteúdo, à volta de extraordinários documentos fotográficos apoiados em documentos bibliográficos muito pouco conhecidos. O espírito recriado contribui para reavivar a memória daqueles que se interessam por estes assuntos.



O objecto de estudo desenvolvido ao longo dos quatro artigos supra citados pode ser considerado demasiadamente ambicioso, sujeita-me a críticas que admito virem a ser justas. Aliás estes artigos não passam de breves sínteses. Cuidar desta iniciativa é um risco calculado e, “muito se engana quem cuida”[4], por isso, o primeiro critério seguido foi: seleccionar os aspectos que estivessem estreitamente relacionados entre si. O traquejo adquirido com o objecto de estudo para a tese de doutoramento defendida na Universidade de Coimbra (Dezembro de 2008) sob o título “Os Zombo e o Futuro (Nzil’a Bazombo): na Tradição na Colónia e na Independência”[5], permitiu uma exploração dos passos exigidos para a feitura deste conjunto de artigos onde o investigador presume ter percorrido um caminho a um tempo agreste e notável com o fim de analisar, coligir e interpretar os processos histórico-sociológicos estudados e que, todavia, continuam a oferecer muitos problemas. O futuro permitirá encontrar (na medida em que for avançando) meios e dados cada vez mais adequados.

Antes de mais, por uma questão de ética, envidarei todos os esforços (procurando encontrar as palavras justas) para transmitir, através da minha experiencia de vida académica quatro aspectos estruturantes para o desenvolvimento do presente artigo:

- 1º. Como filho de comerciante do mato na fronteira Norte de Angola, durante vinte anos, a que se acrescentam mais doze anos vividos em Luanda, (1954-1974), como condiscípulo de filhos de colonos e *Xicoronhos* [6] ligados à agropecuária é algo de absolutamente inesquecível: o relacionamento entre os povos nativos, especialmente com chefes tradicionais, comerciantes, missionários e mais tarde militares, e outras testemunhas foram muito importantes pelo seu inestimável testemunho directo[7].

- 2º. O relacionamento directo desde 1954 e a observação directa e participante no movimento missionário religioso (incluída a minha visita ao distrito do Uíje em 2005 a convite particular de D. Francisco da Mata Mourisca) e o intermitente contacto com missionários de origem africana deslocados em Roma, Madrid e mesmo em S.Paulo, (Brasil).

- 3º. A minha incorporação nas fileiras do exército português (1959/63) na 5ª companhia de Caçadores indígenas do Batalhão de Caçadores 3 (BC 3), mais tarde dissolvida no BCaç 292 (Setembro de 1961) onde desempenhei funções de intérprete na acção psicossocial para recuperação dos povos refugiados nas matas, permite hoje uma visão

apreciável. Junte-se a este currículo militar o ter sido de 1963 a 1970, fornecedor de viveres aos batalhões da frente de combate no corredor Sakandika, Maquela do Zombo e São Salvador do Kongo, agora Banza Kongo; o fornecimento de víveres era muitas vezes transportado em carrinhas Ford e Chevrolet até às pequenas localidades onde se encontravam estacionadas as companhias militares operacionais.



Alferes Veloso e Castro 1907

- 4º. O conhecimento directo com gente Kuanhama foi muito reduzido, limitou-se aos ensinamentos que os serventes, os ajudantes de camiões preferidos, da “casa mãe” de meu pai me facultaram. Ainda hoje sei construir uma seta, equilibrando o corpo da mesma, preparando as penas traseiras, fixando e rematando-as com nó a preceito. O Xalongo, o mais hábil de todos os serventes, (de um engenho impressionante) era o mais resistente, o mais matreiro, extraordinário a simular, mentia de forma impassível e na sua astúcia sabia que os brancos a quem servia, jamais o desconsertariam. Ele era, enfim, altamente subversivo... Mais tarde voltei a deparar-me com cuanhamas na 5ª Companhia de Caçadores indígenas, aí eu já tinha parte da lição estudada...

Apesar de muito *meditar* sobre o assunto, com frequência tropecei com dificuldades para encontrar as palavras mais adequadas, ajustadas ao relato do que terá sido essa vida de degredados, voluntários uns, outros nem tanto, “*mas de degredados heróicos, que sem crime nenhum a expirar, sem deverem coisa nenhuma à ordem social, não por exigência da justiça...deixaram um dia na terra natal, os pais estremecidos, a família adorada, os encantos e confortos da civilização...*”[8] Assim, deverei estar em posição confortável, para transmitir, em alguns casos, como testemunha ocular, outras por testemunho textual legado por aqueles que então foram intervenientes do que então se viveu. Permito-me

assim avaliar, como viveram e conviveram esses “degredados”, neste caso entre os cuanhama. Esse “conhecimento por aproximação”, é a singularidade pouco comum destes trabalhos.

Metodologia

Quanto à metodologia aplicada, destaco, antes do mais, uma preocupação permanente: a de me aproximar, tanto quanto possível, do espírito da época, ou espírito do tempo *Zeitgeist*, conceito frequentemente associado à arte e à história, algo marcante em termos de pensamento e de manifestação cultural. E, especialmente, recordar que a antropologia cultural e social é o centro do enquadramento ponto de vista científico deste e dos outros artigos assinalados.

O estudo não teria o devido crédito se prescindisse da ligeira abordagem etnográfica completada com a devida investigação bibliográfica. Utilizámos outros conceitos como o da Antropologia Visual. As fotografias que acompanham este documento (tanto o artigo mas especialmente o diaporama) revelaram-se de inestimável relevância sendo um elemento que veio, seguramente, valorizar o entendimento da análise histórico-sociológica focalizada.

Os documentos e factos históricos estão na sua maioria suportados por documentos fotográficos e relatórios do então alferes Veloso e Castro, do padre Keiling “Quarenta Anos de África”, da obra “Nação Ovambo” de M^a Helena Figueiredo Lima e finalmente da obra de Carlos Estermann “Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro) Colectânea de Artigos Dispersos”. Preferi estes autores, acima de tudo, por terem vivido e relatado as datas e os respectivos acontecimentos face aos cuanhama. A propósito relembro palavras de Veloso e Castro:

“...por isso não se preocupa o auctor com o rigor dos números nem com a regular sequencia das phases das situações em que nos encontramos ali; não pretende também tudo descrever e de tudo falar, tarefa impossível para quem não esteve em toda a parte, antes raras vezes apparecia onde as exigências do serviço o não levavam.” [9]

Introdução



Fotografia de Veloso e Castro 1905

Fotografia de Veloso e Castro 1905

Fotografia de Veloso e Castro 1905

Fotografia de Veloso e Castro 1905

O tema não tem outra intenção senão contribuir para o enriquecimento do fenómeno da missionação religiosa ou não, entre a bacia do rio Zaire ao Norte e a bacia do rio Cunene ao Sul. Dos problemas encontrados para atingir os objectivos do discurso sobre a missionação, procurei acima de tudo respeitar o passado, levando a que comentasse relativamente pouco por ter a noção de que o mais importante é o reavivar de memórias histórico - sociológicas, por isso, parti do conceito de estruturas da cultura e dos fenómenos de transculturação como factos sociais, políticos, económicos e religiosos que se desenrolaram, assim como as transformações sócio-culturais que ao de leve, e outras vezes abruptamente se foram manifestando, as motivações que aconteceram em torno das sociedades da região, das comunidades e dos grupos, dentro da comunidade.

Os fundamentos (as bases) ou os antecedentes da colonização foram também objecto de estudo principalmente os que se prolongaram e incidem no presente próximo como se

encontra patente nos documentos investigados. O autor está certo de que este artigo muito viria a beneficiar se lhe tivesse sido possível contactar velhos combatentes, missionários, comerciantes, funcionários públicos e velhos cuanhama que, com o seu testemunho viriam prestar, afirmar, por vezes alterar e até confrontar o que aqui vai ser descrito.

Neste “poço de Jacob” reside a minha experiência vivida durante largos anos na companhia de missionários de primeira água, como por exemplo, D. Francisco da Mata Mourisca, Bispo do Uíje de 1968/2008 e o seu “opositor”, o missionário David William Grenfell, director durante décadas da missão baptista do Quibocolo, sediada no Norte de Angola, até meados de 1961, (já então o “movimento de libertação de Angola” UPA tinha devastado e causado enorme morticínio de civis, brancos e negros, em grande parte do norte de Angola).

David Grenfell era parente muito próximo do missionário geógrafo George Grenfell, indigitado pelo governo inglês de Salisbury para os assuntos das relações internacionais na Bacia Convencional do Zaire durante o período de 1874 a 1906, ano do seu falecimento. Aproveito para acrescentar que ao facto de ter servido como militar na 5ª Companhia de Caçadores Indígenas se juntou a mais-valia do conhecimento da língua Kikongo, tanto através da conversação coloquial, como pela compreensão da escrita que permitiu “por aproximação do fenómeno de conflitos da posse das terras de das gentes” poder ajudar a relacionar o espírito que, no Cuamato e no Cuanhama então se viveu.

No presente artigo não foi possível, por diversos motivos, aprofundar e descrever certos factos históricos... Estou consciente das limitações do trabalho, basta-me que outros entendidos venham, com mais espaço de tempo e meios, aproveitando possivelmente o que fica escrito, corrigir certas afirmações, refutando-as até, aperfeiçoando em alguns aspectos o “fio de meada” aqui perseguido.

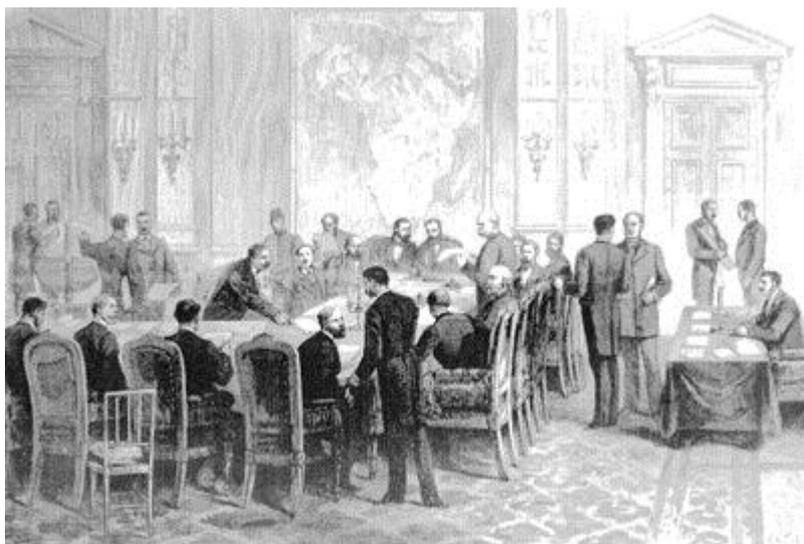
Quando a bibliografia é tão interessante e vasta como a que se refere aos cuanhama, só me resta saudar todos aqueles que de uma forma ou de outra deixaram o seu contributo. A tese é que Angola[10] só a partir dos anos vinte do século passado esteve verdadeiramente colonizada e que *ipso facto* não foge de modo nenhum, à regra comum aos outros Estados da África Negra.

O Contexto histórico-geográfico

A história dos últimos 150 anos, em Terras do Fim do Mundo, constitui parte integrante da história de África Subsaariana enquadrada nos acordos firmados na Conferência de Berlim, entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, com predominância para a Alemanha liderada por Bismarck, a Inglaterra por Salisbury, a França por Jules Ferry, Leopoldo II da Bélgica e os responsáveis pela nova potência dos E.U.A.

Note-se que a maior parte dos governos europeus não estava interessada em comprometer-se directamente nestas aventuras de conquista que acarretavam o

dispêndio de somas fabulosas. Viam, isso sim, com bons olhos que os investimentos fossem exclusivamente da responsabilidade dos interessados. As companhias privadas estariam dispostas a correr os respectivos riscos desde que lhes fosse permitido governar quase sem restrições. Seria então concedido a cada companhia um diploma por um período determinado, rescindível e provido de um caderno de encargos que obrigava (à primeira vista) a companhia a respeitar os direitos dos indígenas e a proceder a certos trabalhos de infra-estruturas. Em resumo como o chanceler Bismarck explicou no Reichstag, em 26 de Junho[11]:



O cenário da Conferencia de Berlim
(1884/85)

“A minha intenção, conforme a de S.M. o Imperador, é a de deixar à actividade e ao espírito de empresa daqueles dos nossos concidadãos que vão fazer comércio para além dos mares a responsabilidade inteira pela fundação e desenvolvimento material da colónia. Penso servir-me menos da forma de anexação de províncias do ultramar ao Império Alemão do que entregar diplomas de privilégio semelhantes às cartas reais inglesas (...) Penso igualmente que nos poderíamos muito bem contentar com um único representante da autoridade imperial, que se chamaria cônsul ou residente(...) A nossa intenção não é criar províncias, mas tomar sob a nossa protecção empresas comerciais, e empresas que, no seu pleno desenvolvimento, acabam por adquirir a soberania; uma soberania comercial, em suma, apoiada pelo Reich alemão e colocada sob a sua protecção. Protegê-la-emos tanto contra os ataques dos vizinhos imediatos como contra os vexames vindos doutras nações europeias (...).” [12]

A obtenção de matérias-primas a muito baixo custo, com um imenso recurso à mão de obra indígena orientada por operários europeus, permitia que a produção crescesse em flecha e conseqüentemente o tráfico das frotas marítimas. A Europa dominava maior parte das companhias de transporte e do comércio marítimo. Esse desenvolvimento económico da indústria europeia, da busca de matérias-primas, assentava também numa

grande ignorância das estruturas sociais e mentais dos povos da África negra, que nas rotas do interior vendiam muito caro a sua independência mercantil.

O conceito terá sido posto em prática a partir do decénio 1870 e 1880, as condições da partilha estariam reunidas através, entre outros, dos interesses comerciais britânicos, com a descoberta imprevista do diamante no Transval em 1867, logo seguida do ouro do Rand em 1881 e de fabulosas minas de cobre na Rodésia. Este escândalo geológico prende-se com a espinha dorsal que divide especialmente as fronteiras do Gabão, dos Camarões, da Republica Democrática do Congo, de Angola, da actual Zâmbia e o Zimbabwe. Estas condicionantes fazem supor as tremendas dificuldades que as diferentes potências da altura (e de hoje também) encontraram para se posicionarem nos diversos teatros mercantis e políticos de África.

Poderá então imaginar-se “os passos perdidos” das negociações de Leopoldo da Bélgica, antes de concluída a conferência aberta a um sábado pelo príncipe de Bismarck e que só voltou a estar presente na sessão de encerramento. Tal como presumivelmente sempre acontece em negociações a este nível, fora das sessões plenárias, as respectivas comissões “prepararam relatórios sobre os pontos mais contestados. Mas o conjunto dos debates poderia ser tratado em quinze dias, se não se tivesse esperado os resultados das negociações prosseguidas à margem da conferência por Leopoldo.” [\[13\]](#)

A hostilidade do Ambiente físico

Desde que, no século XVI, Gil Eanes dobrou o Cabo Não, o mundo nunca mais voltou a ser o mesmo. Os nossos mareantes foram sofrendo e vendo diariamente sofrer ou morrer os seus companheiros, foram registando na sua documentação as referências às condicionantes profundamente adversas como o ambiente da África Negra ameaçava a sobrevivência dos seus habitantes. Entre os inconvenientes climáticos havia a destacar a predominância, sobretudo nas zonas equatoriais e marginais, de um clima quente e húmido que favorecia os agentes infecciosos, muitas vezes cosmopolitas como a lepra, tuberculose, febre tifóide e disenteria amebiana. A terrível bilharziose e a ancilostomíase, das tripanosomíases e da febre-amarela, não deixavam em paz o já debilitado corpo daqueles que se aventuravam por essas paragens. As populações nativas eram dizimadas com grande frequência e uma causa básica estava na sua nudez que facilitava a picada dos insectos. O ancestral hábito de andarem permanentemente descalços facilitava o alojamento de micro-organismos responsáveis pelas doenças endémicas. Ainda hoje os dejectos lançados a esmo por valas que correm directamente para charcos e lagoas são responsáveis pela contaminação da bilharziose intestinal.

Por volta dos meus dez anos (1948), meu pai explorava um restaurante na cidade de Luanda. Para conseguir galinhas, cabritos e porcos fez-se comerciante do mato na região do Icolo e Bengo, mais propriamente nas lagoas do Cuanza por onde andou Paulo Dias de Novais, 400 anos antes. A população do Guimbe assim se chamava a senzala, desfazia-se com frequência dos seus porcos, cabras e galináceos doentes (eles percebiam os indícios) por exemplo da peste suína. Foi sempre assim, as tripanosomíases, a peste suína e a

febre equina, dizimavam os currais e capoeiras. Durante as intermitentes secas, a capacidade pecuária de extensas regiões sofria drástica redução que debilitavam a capacidade dos habitantes para a realização dos seus afazeres.

Quando, no passado mês de Janeiro (2010), eclodiu o terrível terramoto no Haiti que matou mais de duzentas mil pessoas fomos postos perante a evidência da extraordinária resistência da população negra descendente das gentes da bacia do rio Zaire e do rio Niger. Ninguém esperava que alguém pudesse sobreviver três e quatro semanas debaixo de escombros, mas aconteceu. Devemos reter estes factos para percebermos o triunfo da constituição orgânica dos negros face a todas as adversidades de um ambiente físico e patogénico. Sei que muitos estudiosos admitem vantagens para cruzamentos de miscigenação física face à excepcional vitalidade das populações alógenas que se cruzam com a raça negra ao longo dos séculos. Infelizmente conheço académicos ainda vivos que têm dificuldade em admitir esta verdade: que o povoamento desse arcaico continente deve ser considerado como o maior triunfo da espécie humana sobre a adversidade de um ambiente físico eminentemente patogénico. É minha convicção e de muitos outros estudiosos que o fenómeno se deve, por milenária selecção natural, à excepcional vitalidade, resistência e capacidade de adaptação dos povos da África Negra através dos séculos.

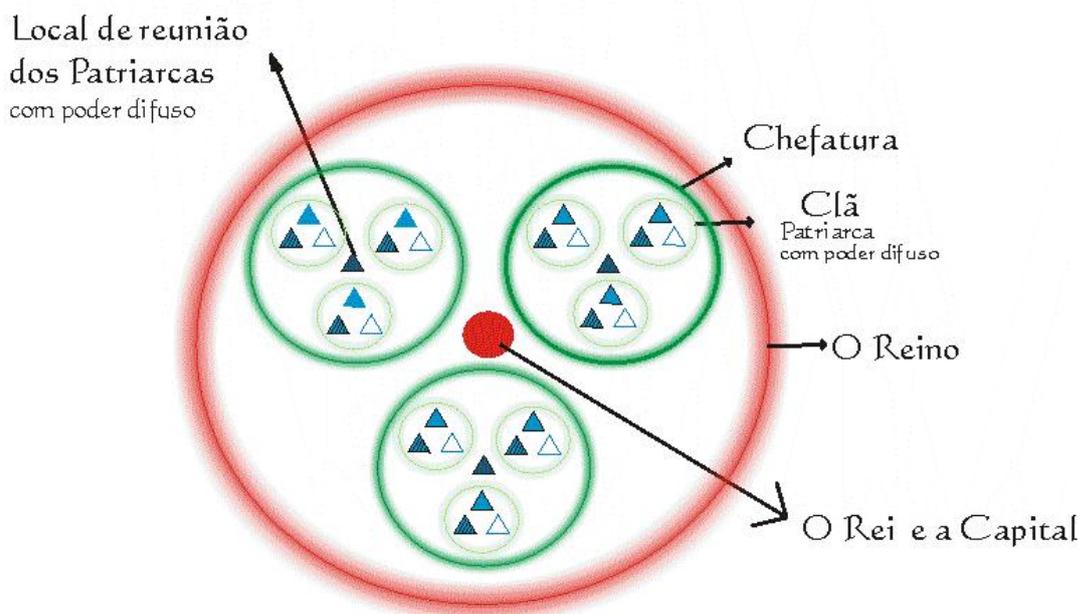
O “Mundo Cuanhama” - Generalidades

A fronteira do sul de Angola está limitada pelo paralelo Ruacaná-Kuangar no Cubango; Abrange o curso do rio Cunene até às cataratas do Ruacaná, corruptela do termo Coroca-Cá-ná (Rocha que não se pode atravessar) e da margem do Cunene até ao mar, confrontando com o antigo Sudoeste Africano, hoje Namíbia.

Entre os rios Cunene e Cubango localiza-se a bacia do Cuvelai, o único rio da terra dos kuanhama, com 2.300 quilómetros até ao Evale. Muito haveria de relevante a assinalar, mas no tempo em que se iniciaram os factos que vamos relatar e justificar, ainda não estava definido o espaço que agora conhecemos por Angola (este conceito político tem cerca de 120 anos). Desses espaços - o reino do Kongo e o de Angola - sairia a “Nova Angola”, consequência da Convenção de Berlim de 1885 e do Advento da Civilização Técnica e da Ciência Aplicada e da ‘Situação Colonial’[\[14\]](#) que viriam a culminar com a independência de Angola em 1975.

diferentes missionários de origens diversas, anglo-saxónicos, francófonos, portugueses, belgas, americanos etc., dilataram a sua fé.

Poder difuso, chefatura e Reino



Acima, reproduzo o organograma que adaptei ao reino do Kongo na minha tese de doutoramento no capítulo 2º, que me parece perfeitamente ajustado à nação Cuanhama. Com este esboço de organograma, nada mais pretendo que contribuir para a compreensão dos pressupostos estruturais sociopolíticos da África pré-colonial. De seguida, passarei à sua explicação. O desenvolvimento da família extensa africana trouxe com a prática da agricultura, o conceito de família, com regras certas, que veio alterar a noção instintiva de ‘acasalamento’. Por sua vez, a instituição do clã permitiu a existência de pequenas comunidades territoriais, com união genealógica, implicando a consanguinidade, consequência da convivência habitacional uns com os outros. A linhagem era assim comum e representada pelo patriarca, podendo o clã ser exogâmico e ter origem matrilinear ou patrilinear. Ao utilizarmos os dois últimos termos *matricêntrica* e *patricêntrica*, fazemo-lo com a intenção de enfatizar a ideia de “andar à volta de...”, estar orientado pelo centro.

Pegando nas palavras de Malinowsky, referidas por Arthur Ramos (1951: 185): “(...) O exame realizado por Malinowski no grupo social dos melanésios da ilha de Trobiande, revelou que esses indígenas, vivem sob um regime de linha materna, isto é, sob um regime social em que a mãe forma o centro e o ponto de referência do parentesco[16], e

em que a sucessão e a herança se transmitem em linha materna. Os filhos pertencem ao clã materno. Os meninos herdaram a dignidade e a posição social do irmão da mãe, recebendo, meninos e meninas, como herança, os bens não do pai, mas do tio ou da tia do lado materno. (...). Por esta razão, inclinamo-nos a aceitar, através da posição de Malinowski, a indicação de que, visto que a mãe é o centro, a posição do grupo será matricêntrica.

Sequentemente, como o alargamento familiar dificultava a vida e, não sendo possível e eficaz o poder difuso do chefe aldeão, tornou-se necessário construir-se novas aldeias. Os chefes, mais propriamente os patriarcas, passaram a reunir-se em sede própria para o exercício do seu poder ainda difuso, vindo, a pouco e pouco, a consentir na eleição de um novo líder. Emergiu assim a chefatura, com fronteiras, políticas e económicas, flexíveis. A partir daqui, o poder nunca mais deixou de estar centralizado: era organizado, 'tinha rosto' e com sede (capital) que entretanto passou também a ser conhecida como tal.

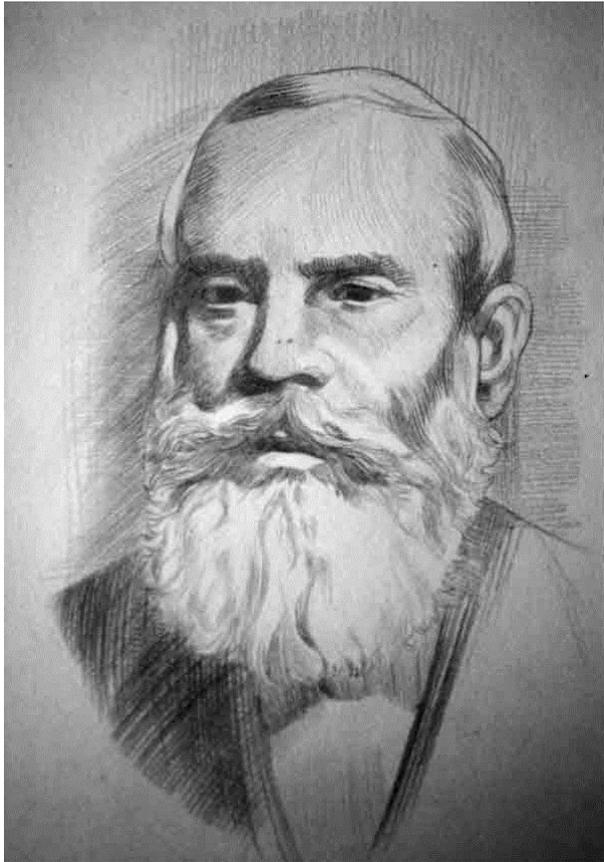
A agremiação de chefaturas levou, de seguida, à eleição da figura do rei responsável pelas chefaturas e conseqüentemente novas questões surgiram: esta figura deixou de ter poder limitado, e esse poder deveria, obrigatoriamente ser eficaz, resultando na obediência dos povos agregados. O seu poder abrangia as pessoas e o território, tal como na chefatura, mas a distância dos limites desta fronteira era mais extensa e, não podendo percorrer todo o espaço, o rei passou a delegar funções, elegendo os seus parentes mais próximos, como seus delegados privilegiados.

Esses conhecimentos antropológicos, requeridos para a compreensão destas sociedades aparentemente simples, faziam parte imprescindível da cultura dos missionários que há séculos visitavam com alguma permanência estas paragens de África.

Algumas Datas e Factos Relevantes para o presente artigo [\[17\]](#)

O registo das datas e dos factos registados devem-se aos autores atrás assinalados.

1845 - O tráfico de escravos desaparecera dos portos principais (escapava, portanto às alfândegas). Na realidade, apenas se tinha afastado da parte do litoral que era patrulhada. O Ambriz estava visivelmente mais activo que em 1884 e Moçamedes e as discretas enseadas do centro e do sul, abrigavam um tráfico de amplidão nunca antes conhecida; 1840/1890 foi a época das grandes expedições científicas de Livingstone, Braza, Stanley, Burton, Speke e tantos outros. O que raramente se diz é que percorreram e seguiram instruções deixadas por pombeiros e funantes (os pais dos comerciantes do mato); sem estes cabouqueiros as expedições muito mais teriam que penar.



1840-1890 - Uma figura incontornável se impôs durante cinquenta anos por estas paragens: António Ferreira da Silva Porto. Este não é o lugar para gizar um esboço biográfico do grande sertanejo, mas impõe-se fazer algumas considerações: As suas caravanas comerciais chegaram a ter mais de 3.000 carregadores que ao longo de centenas e algumas vezes milhares de quilómetros transportavam por cada leva aproximadamente sessenta toneladas de mercadorias. A sua actividade mercantil era de difícil controlo, uma vez que o seu negócio foi, durante muitos anos o negócio da escravatura, é preciso dizê-lo. Este viver tornava muito delicada a visibilidade de relações com as autoridades estabelecidas. Foi perscrutando o crescer económico dos grandes exploradores, foi-se adaptando à concorrência dos comerciantes estrangeiros, das novas companhias capitalistas, da novidade dos caminhos-de-ferro e finalmente à intervenção das expedições militares.

1865-Maio - O Alferes Nunes da Mata, chefe de Humbe, visita o Kuanhama para negociar com Chipandeka enquanto Artur de Paiva ocupa parte do Sul de Angola (nos Ambuelas). Em Setembro do mesmo ano completa os três anos de serviço. Em Luanda havia então uns quatrocentos europeus; em Moçamedes (e Huila?) cerca de trezentos e trinta e uns cinquenta em Capangombe. Em S. Salvador do Kongo restavam quarenta soldados com algumas peças de artilharia; os padres haviam desaparecido! Fraca colonização!
“Pelo tratado de 1842 entre a Inglaterra e Portugal, os dois países comprometiam-se a cooperar na extinção do tráfico, apesar das fortíssimas resistências locais, as comissões

mistas iriam exercer uma inspecção rigorosa e eficaz sobre os carregamentos dos navios. A proibição de exportar escravos e a conseqüente intervenção estrangeira na zona, trouxeram, como é natural, graves problemas ao domínio português. A primeira questão que se punha era a de eliminar a exportação de escravos com a colaboração vigente, sem permitir que estes aproveitassem a situação para se estabelecerem nos pontos da costa desguarnecidos pela ocupação militar portuguesa. A segunda questão, de não menos importância, surgia da conseqüência da primeira, mas exigia solução concomitante. À medida que se eliminava a exportação legal de escravos, era indispensável encontrar forma de manter os rendimentos alfandegários”[18].

1907 - Naquele tempo (1907/1910), governava em Angola Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, o grande fulminador de independências, o herói de Norton de Matos. Era um visionário, suficientemente intransigente e pragmático para conseguir libertar-se das torrentes emanadas do Terreiro do Paço e das administrações locais. Lisboa não lho perdoaria”[19].

Paiva Couceiro tinha experiência mais que suficiente para saber que dominar o território implicava ocupar fronteiras, obrigar as autoridades gentílicas insubmissas a submeterem-se à governação portuguesa, proporcionar a estabilidade suficiente para que as caravanas de longo curso pudessem circular, e, especialmente concretizar o pagamento do imposto de cubata. Quem tiver ocasião de ler o seu relatório *Dois Anos de Governo Junho de 1907 - Junho de 1909, história e Comentários*, Lisboa, 1948, facilmente entenderá que a grandeza deste militar, em países de outra dimensão política teria outra visibilidade. Como governador geral, deu prioridade à abertura de rotas comerciais para o interior tanto em rodovias, (algumas simples picadas) dando início aos troços de caminhos-de-ferro de Moçamedes e caminho-de-ferro de Benguela bem como o caminho-de-ferro de Malange que ficou concluído em 1909.



Fotografia de Veloso e Castro 1910

Estes factores foram importantíssimos para o desenvolvimento de Angola. Logo que lhe foi possível se preparou para a ocupação militar, garantia das fronteiras e dos postos ao longo dos principais cursos fluviais e a abertura de novas estradas.

Ao povoamento europeu deu prioridade relevante, criou condições excepcionais à agricultura para a época no planalto dos ovimbundos. Um facto curioso: no dia 17 de Julho de 1907, desembarca em Luanda o príncipe D. Luís Filipe que era acompanhado pelo ministro da Marinha e Ultramar, Aires de Ornelas. Paiva Couceiro assumiu todas as despesas das cerimónias que orçaram em 5 contos de réis, sem ter pedido o seu reembolso oficial.

O Contexto Histórico-Político e os recorrentes problemas dos agentes missionários na zona Cuanhama

O futuro é incerto^[20]

*Hinga tuli mona m'oitam ya hada
Temos de encontrar-nos depois da guerra ter passado*

*Hinga tu sakena k'oita ya hada
Vamos conversar depois da guerra finda*

Hinga tu tala
Depois disso vamos ver

O modelo de quadratura seguido neste artigo não surgiu de repente. Foi surgindo... Primeiro indefinido, depois, pouco a pouco, foi tomando forma e tornando-se claro e definido. Os cabouqueiros, foram os pombeiros, logo seguidos dos funantes e finalmente os comerciantes do mato e xicoronhos estes, colonos agricultores.



Na minha opinião, o termo terá sido aplicado pelos nativos aos brancos, que muito estranharam viessem cultivar a terra, e isto porque quanto à corruptela coronho, se perceba que quisesse dizer colono, uma vez que eles tinham muita dificuldade em pronunciar o L, e o prefixo Xi é um radical Bantu que significa *chão*, no sentido de local de pertença ou de nascimento embora também possa indicar o substantivo *solo*. Penso que o reputado escritor angolano Agualusa, não terá razão, neste caso, ao afirmar: «Vêem-se muitos brancos da terra, aqui chamados **chicoronhos**, corruptela irónica para “senhor colono”» (As Mulheres do Meu Pai, José Eduardo Agualusa. Revisão de Fernanda Abreu. 3.^a edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007, p. 81)

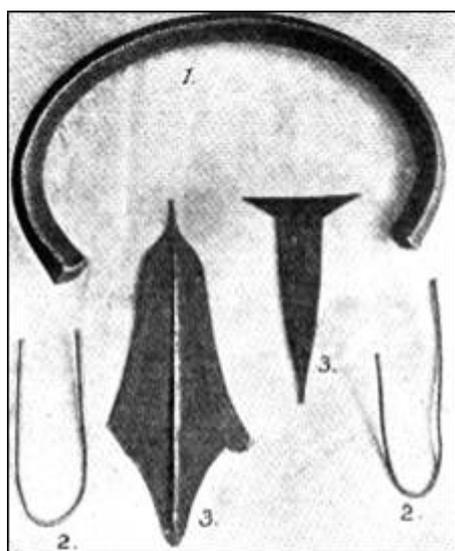
Então o pequeno comerciante do mato e o xicoronho, formam no seu conjunto o primeiro pilar da trilogia da colonização. Logo de seguida, ou ao mesmo tempo, (já com Diogo Cão) tiveram os missionários religiosos ocasião de investigar o sertão, assim sendo o segundo pilar, são os missionários e velando pela sua segurança deparamo-nos com as forças bélicas como terceiro pilar. Finalmente, o remate do conjunto pertence naturalmente aos cuanhama.

Primeiras figuras da Quadratura

O Comerciante do Mato e o Xicoronho, Sucessores do Funante

“...Certos mestres de caravanas aprenderam a ler e a escrever além de aprenderem minimamente a fazer contas de somar e diminuir, para melhor puderem traficar. Estes escravos eram apelidados pombeiros porque iam “funar” aos pumbo (mercados do sertão). Estes pombeiros tinham por sua vez ao seu serviço outros escravos atingindo por vezes o numero de 100 a 150 elementos que transportavam os produtos à cabeça. Estas caravanas estavam por vezes em viagem um ano a dois e quando regressavam traziam agrilhoados ou não 400, 500 e 600 escravos. Alguns dos mais fieis, ficam muitas vezes no interior do país e enviam os escravos que compraram para os seus senhores, que por sua vez lhes remetem de volta outras mercadorias” [21]. Felizmente há fotografias “que valem mais que mil palavras” e esse é o caso da foto acima, da autoria do missionário baptista, J. H. Weeks, em que se destaca uma lata alta cilíndrica com querosene (composição a partir do petróleo que se situa entre o óleo diesel e a gasolina), ao centro uma cabaça com pólvora, bem como, na outra ponta, uma garrafa também com pólvora, e, por detrás desta, enrolado, está um tapete. Junto ao guarda-chuva estão ovos e ao centro um prato com caixas de fósforos, à frente do prato está um molhe de detonadores. Lateralmente, encontram-se peças de tecido e ao centro segmentos de fio de bronze para fazerem pulseiras.

Todos estes produtos eram avaliados na altura em três libras, o sistema era o da permuta. Envolvia, quando o branco estava presente, quase sempre, um intérprete e o indígena. Acrescente-se que ainda hoje é um espectáculo, uma autêntica peça de teatro. É ver aquele que mais engana outro. Dos conhecimentos adquiridos, alguns foram-nos explicados, de viva voz, incluindo provas documentais e este é um dos casos.



A foto anterior mostra-nos o tipo de artefactos preferidos na maioria da África Negra do século passado, a saber: 1 - Barra de bronze que representa 160 pequenas barras de

bronze, 2 - ordinariamente a barra grande era o “preço da noiva”. A equivalência em moeda francesa (francos) ia de cinco a vinte francos conforme o local em que a transacção se executava. 3 - Pontas de lança ou setas para zagaias [22].

Quando as populações, em qualquer época ou espaço geográfico, se sentem ameaçadas por povos estranhos, tratam imediatamente de guardar, ou melhor, esconder, o mais ciosamente possível, artefactos, potencialmente transaccionáveis em oportunidades futuras. Aqueles que assim não procedem, em primeira instância, logo que se apercebem das vantagens de outros, rapidamente os copiam, se são capazes. É a chamada *lei do mercado*. Aquando da dissertação de mestrado intitulada “O Comerciante do Mato” escrevi o seguinte na introdução[23]:

O comércio do mato foi a grande alavanca de desenvolvimento do norte de Angola e, mesmo mais tarde, do centro e sul porque efectivamente pôs em comunicação as aldeias de economia fechada com as cidades do sector moderno do sistema capitalista.



À saída da Feitoria, a partida duma caravana, Foto de Veloso e Castro 1907

Os comerciantes, tal como os restantes componentes deste trabalho viveram o mato. Esta expressão é indicadora do muito que vi sofrer, dalguns que vi morrer, doutros a que assisti a delirar e de me ter acontecido, atacado pela malária, ficar inconsciente, segundo me disseram, durante 15 dias com um brutal ataque de paludismo. Os comerciantes do mato nunca tiveram conhecimento da existência de um *Guia Higiénico do Colono* escrito por Manuel Ferreira Ribeiro (1901)[24] e dele tivessem dado fé, Como é possível que um médico, em 1901, tenha elaborado o *Guia Hygiénico do Colono* e escrever deste modo:

“O europeu, que se encontra em qualquer lugar de paludismo maligno, quente e húmido, deve proceder, com o maior discernimento, para conservar a saúde e manter a mais perfeita resistência orgânica que é possível. Está nisto o seu triunfo contra as influências do clima e das endemias. Deve alimentar-se com extrema regularidade, fugindo de todos os excessos de meza. Deve fazer uso, todas as manhãs, de loções frias, por meio de escova, de esponja ou de panno grosseiro, molhado e exprimido. Podem empregar-se estas loções, com água fria, alcoolizada. As loções frias constituem um verdadeiro método anti-anemiador. Convem, por isso, applicá-las em boas condições de

aproveitamento. Deve tomar-se, finalmente, algum sal de quinina, como profilático procurando a melhor ocasião de o fazer, seguindo a natureza do trabalho condições de vida, recursos de que dispõe, etc.”.

É pertinente incluir aqui a apreciação que João Pereira Neto faz na sua dissertação de doutoramento “Meio Século de Integração” para se entender a complexidade do problema do povoamento branco em Angola. Ocorre-nos citá-lo (1964:111) em *Angola - Meio Século de Integração*.



Fotografia de Veloso e Castro 1910

Na nossa modesta opinião, é bem possível que essa portaria, assinada por Morais e Castro, homem sob cuja orientação, como já se viu, se efectuara anos antes a ocupação efectiva de grande parte do distrito do Congo, tenha contribuído decisivamente para afastar do centro e sul de Angola o principal agente da colonização espontânea europeia, isto é, o pequeno comerciante, com pouco capital, talvez sem muitos escrúpulos, mas corajoso, audacioso e desejoso de triunfar. Para esse afastamento muito deve de ter contribuído o papel preponderante concedido às associações de classe atrás referidas, constituídas por meia dúzia de comerciantes mais importantes e certamente pouco dispostos a abrir mãos das suas fontes de produtos permutáveis, ao permitirem o estabelecimento de concorrentes potenciais.

E, se Morais e Castro, digo eu, (comandante militar muito experimentado) não percebesse que era no bordear das fronteiras do norte de Angola, do Leste e do Sul que o

pequeno comerciante era preciso, era útil à administração portuguesa, (ele era indubitavelmente o agente de menor custo e mais eficaz à administração portuguesa), uma vez que o tal comerciante grossista não estaria nada interessado em morrer ‘sem eira nem beira’? Como conseguiria Morais e Castro privar os comerciantes grossistas da ‘boa galinha cabiri assada de churrasco na brasa’ mais aquela mulata de olhos pardos e de belos seios? O pequeno comerciante que tivesse paciência, fosse labutar no mato para onde só iam os castigados ou deserdados, segundo João Pereira Neto.

Penso ser conveniente reportar-me a responsáveis de assinalável autoridade para o assunto como é o caso de Jayme Pereira de Sampayo Forjaz de Serpa Pimentel (1910). Este autor tinha sido governador de distrito na Índia e nas duas Áfricas (refiro-me à África Ocidental e Oriental) quando abordou o tema *O Problema Colonial Português* (1910:46) e quando caracterizou o problema de Angola e assim descreveu as prioridades:

“ a) Completar a ocupação e a pacificação da província.

b) Executar na parte ocupada a cobrança de um imposto indígena, e procurar desenvolvê-lo à medida que se for realizando a ocupação e a pacificação do resto da província.

c) Preparar a instalação da administração civil desta colónia na parte que se for pacificando, à medida que as circunscrições o permitam.

d) Adoptar medidas necessárias para que, num futuro quanto possível próximo, se constituam definitivamente núcleos de colonização europeia nos planaltos da zona sul da província, fazendo-se convergir para ali toda a emigração, estabelecendo-se comunicações fáceis, procedendo-se aos necessários melhoramentos materiais, e esboçando-se previamente um plano de colonização da província. (...)”

Como se pode verificar, para Serpa Pimentel, não havia a inclusão de outras zonas da província para a instalação de europeus. Os estudos científicos estavam feitos pelos ingleses e boers, ao sul de Angola. Só nos planaltos de mais ou menos acima de mil metros de altitude, se deviam instalar as colónias de europeus, apesar de existirem outras zonas do interior de Angola com planaltos a rondar os mil metros de altitude.

A situação dos militares era melindrosa, os missionários e comerciantes do mato viviam na maior precariedade, que a maior sujeição ao meio, no que se referia à adaptação local, seria a do comerciante do mato, começando pelo maior isolamento em que se encontrava e pelas imposições a que a sua vida comercial obrigava. Porém, a partir dos anos trinta do século passado, instalado que foi o domínio da administração civil portuguesa, tornou-se patente o lento mas pronunciado poder do comerciante branco^[25].

Não se tratando de um fenómeno fortuito, foi, isso sim, o resultado de quinhentos anos do contacto da cultura comercial especialmente no interior de Angola e Moçambique. Diríamos que foi o produto da evolução comercial, mas por outro lado, entendo que a administração colonial percebeu estar perante os escassos meios de que dispunha na zona, o pequeno comerciante seria o ideal “Porta-Bandeira” do contacto de culturas, no interior dos territórios e muito especialmente nas zonas de fronteira. Não foi por acaso que se criaram decretos-lei especiais sobre taxas aduaneiras para os comerciantes

colocados nas zonas críticas da fronteira. Nesta altura ainda o comércio da borracha em caravana de longa distância tinha enorme importância. Parte da sua produção continuava a dirigir-se para os portos fluviais e marítimos.

A deslocação de mercadorias em camionetas foi o factor que determinou o declínio económico das kibuka (caravanas). Interligado a esse declínio, esteve o custo do transporte de mercadorias e a logística necessária a uma caravana de longo curso, desde o angariamento de carregadores aldeia por aldeia, das quais faziam parte muitas vezes mulheres e crianças, sujeitando-se à extrema dureza do percurso de centenas de quilómetros que duravam meses a percorrer. As cargas tornavam-se insuportavelmente pesadas, muitas vezes os carregadores caíam para não mais se levantarem, exauridos pelo cansaço e pela fome. Depois era o regresso com outras tantas cargas... Nos carregadores mandavam os donos das caravanas, nos novos meios de transporte não. O novo comerciante do mato podia fazer maior armazenamento, é certo que o seu armazém não passava de um cubículo, mas podia armazenar uma tonelada de borracha.



Degredada tomando conta de crianças, fotografia de Veloso e Castro 1905

O seu crédito junto dos armazenistas grossistas dos grandes meios Lobito e Benguela não seria grande, mas era suficiente e provinha, essencialmente, da regularidade com que cumpria os seus compromissos comerciais, coisa que os pequenos (e grandes comerciantes), africanos ainda hoje têm dificuldade em se adaptar. Não é porque não compreendam a filosofia comercial actual, mas porque adoram subverter a ordem dos

factores.



Carro Boer, família de colonos Xicoronhos, foto de Veloso e Castro 1907

Nestas aventuras e desventuras era quase impossível a presença e actuação da mulher branca. Pouco a pouco, adaptando-se, corajosamente, aos costumes e ao meio físico, foi sendo desterrada para o mato. Ao lado, “do seu homem”, projectava, impunha uma nova família colonial. Regularmente o homem branco deslocava-se ao mundo civilizado, às vezes por semanas e semanas; na sua ausência, a mulher branca cerrava os dentes, vigiando permanentemente os filhos de tenra idade. *Funava*, lavrava a terra e nunca perdia o norte à arma atrás da soleira da porta. Mostrava com uma ferocidade (pois de ferocidade se trata), como só as fêmeas grávidas ou paridas há pouco, por instinto, o fazem, como defendiam e defendem as crias. Muitas delas trabalhavam de sol a sol, às vezes amealhando e orientando os parques haveres mais que o “seu homem”. Não raro foi a cabeça de casal. Muitos homens do mato, envergonhados da sua humana fragilidade, esconderam para todo o sempre esta verdade. Eram tempos de vida curta, mas voluntariosa em extremo.

Já nem sabiam o que era fazer *das tripas coração*, só sabiam que era preciso, a todo o custo, erguer rapidamente a casa de “pau a pique”, à borda das *cacimbas* e perto das senzalas, entregando-se, abnegadas, à servidão que não avaliavam. Mais perspicazes que “os seus homens”, a primeira coisa que faziam era dar-se a conhecer às mulheres negras mais influentes; em todas as épocas, foram eméritas na arte que esses relacionamentos exigiam e exigem. Mas a mulher do “*novo homem do mato*” tudo enfrentava estoicamente. Já compartilhava as dolorosas tradições do branco do mato, num sem número de terríveis episódios, alimentando, a todo o transe, esperanças duma resistência “impossível”.



Fotografia de Veloso e Castro

O comércio e a agropecuária nunca foram feitos por “santos”. De uma coisa parece não haver dúvidas: como não podia deixar de ser dada a dureza e risco da profissão de *funar*, destinavam-se a este mister os indivíduos mais decididos e mais capazes de dispensar todo o conforto. Os cursos de água foram, em todos os continentes, as vias naturais de comunicação com o *interland*. Passar do barco grande para a embarcação dos pequenos braços ribeirinhos exigia nova filosofia de vida, ou melhor, novos preços. Alguns anos depois, os nossos sertanejos (Silva Porto e D. António Barroso, por exemplo) eram recebidos na Sociedade de Geografia em Lisboa^[26]: “*Nos últimos dez anos temos feito mais em benefício das Colónias do que fizemos durante um século*” escrevia em 1889 o padre Barroso, na dedicatória à Sociedade de Geografia, que acompanhou a publicação da conferência, no andar da rua de S. Francisco, onde teve sede aquele grémio.

Duma forma geral, o respeito que merecia da comunidade científica obrigava a Europa a consciencializar-se de que o problema da pobreza e da abolição da fome era de difícil resolução, uma vez que a população tendia a crescer com um ritmo muito mais rápido que as reservas alimentares e isto porque o crescimento vertiginoso dos últimos 200 anos se deveu às formas encontradas nas técnicas agrícolas para desenvolver a produção alimentar.

Este espectacular aumento demográfico e o seu contínuo e previsível crescimento em flecha obrigou a Europa a procurar, nos novos continentes das Américas, Austrália e, de certo modo, África, saída para os seus excedentes demográficos. Procurando neste último continente as matérias-primas de que tanto carecia o seu desenvolvimento industrial. De permeio, tinham-se entendido as grandes potências da Europa, na Convenção de Berlim,

1884/85, onde Portugal esteve representado. Em 26 de Fevereiro de 1885 assinara-se o Acto Geral da Conferência onde constam as assinaturas de António Serpa e Luciano Cordeiro. Em 1878 Paiva de Andrade já tinha alcançado o Zambeze e dera resposta ao governo do seu parecer sobre o desenvolvimento do comércio e da influência de Portugal por aquelas paragens. Outro tanto tinha feito Artur de Paiva, no Bié, e Paiva Couceiro preparava-se para seguir até ao Barotze.

Será conveniente reter-se a ideia de não confundir o funante com o pombeiro, aquele era um comerciante sem capital próprio, uma espécie de comissionista com acordo firmado com a feitoria e em regime de conta corrente. Numa cuidada investigação deparamos com grande diferença no que se refere à responsabilidade e dependência de outrem. O pombeiro (pumbeiro, ou pumbelo) era duma forma geral, negro, quando muito mestiço ao serviço do sertanejo cujo conhecimento profundo da língua e da região, permitia embrenhar-se nos “mais profundos matos” repletos de povos hostis.

Apesar destas verdades históricas, para o funante a incerteza de resultados que permitissem a sua estabilização, obrigava-o ainda nesta aventura a ter sempre presente os riscos que corriam as suas fazendas e a sua vida, o que o obrigava a construir habitações rudimentares, do tipo tenda ambulante. Tarefa sobre-humana, mãos ocupadas ora com os produtos de permuta ora com armas na mão, para evitar a delapidação dos seus parques haveres, transigindo amiudadas vezes com os chefes gentílicos, aceitando os seus caprichos, pagando-lhe direitos de portagem, satisfazendo-lhes exigências em que a aguardente era o factor diplomático de boas relações. Percorrendo esses infindáveis caminhos, precedendo a ocupação militar, participando na ocupação efectiva, procurando muitas vezes acalmar os ímpetus guerreiros dos chefes mais poderosos, o funante se foi transformando. Assim se compreende uma nova fase dos mercados dos Pombeiros e dos Funantes que vestiram de nova e adequada roupagem o personagem *Comerciante do Mato*, “filho legítimo” das figuras até aqui descritas[27].



Compra de peles de gado bovino,
fotografia de Veloso e Castro 1910

Em Portugal continental era o tempo das “Conferências do Casino”, das grandes pelepas intelectuais. Por exemplo Ramalho Ortigão “fustigava” assim em *“As Farpas”*, Vol.X- págs.81-90, o insigne Alexandre Herculano “...Começa o verão ilustre por esclarecer com a sua autoridade um ponto que S. Exa. supõe ter estado até hoje muito confuso, a saber: que há diferença entre duas espécies de emigração a forçada e a voluntária...”

O que nos interessa, por agora, é procurar perceber que tipo de métodos comerciais, trouxeram estes novos intervenientes, no nosso caso, aprendizes do comércio do mato e que se estabeleceram entre os povos do interior. O facto da minha dissertação de mestrado, *O Comerciante do Mato* (2000), se dedicar com pormenor ao assunto, não implica que não enriqueçamos aqui o tema, juntando-lhe os aglomerados familiares da agropecuária, uma vez que, o que agora está em causa, não é o ponto de vista do comerciante do mato português, mas a forma como os cuanhama se foram gradualmente integrando entre aqueles que vieram praticar o comércio e exercer a autoridade comercial. O novo comércio e a fixação das famílias ligadas à agricultura e pastorícia, traziam consigo a mola real, o dinheiro, a moeda.



Mulheres de colonos fabricando o pão,
fotografia de V. e Castro 1910

O novo pagamento de salário aos seus “criados” (os serventes criados em casa) e o mesmo acontecia com o produto da venda pago aos funantes, como comissionistas logo após a conferência dos produtos já transaccionados. Muitos destes homens não conseguiriam a desvinculação ao seu agregado tradicional se não fosse o pagamento do seu salário em dinheiro. Deste modo a sua vontade de adquirir muitas cabras e bois estaria ao seu alcance, como estariam os panos do Kongo, para conseguir o almejado *alembamento* para a futura mulher. Passaria a pagar tudo em dinheiro, podia desobrigar-se dos serviços comunais derivados da solidariedade para com o clã. A partir daí, poderia tentar viciar todo o ancestral processo social.

Não se pense que foram só os cuanhamas e cuamatos a serem afectados pela penetração da economia monetária na zona da fronteira. Todos, absolutamente todos os intervenientes passaram a ter que equacionar esta nova e contundente forma de trocar produtos, de troca de influências, homens, mulheres e crianças. Ninguém escapou ao sistema mágico de uma moeda chamada “*pata*” simplificação de *palata*, por sua vez, corrupção de moeda de prata e que vinha substituir a *macuta*. Foi com este aliciante fácil e eficaz processo de troca, de meio de pagamento, a que os cuanhamas aderiram ao serem angariados para a construção das novas estradas carreteiras. A obrigatoriedade da construção de novas *libatas* junto às *picadas*, ou sejam os novos trilhos, umas vezes aproveitando as *nzil’a*, outras vezes, seguindo o traçado de novos percursos impostos pelas autoridades portuguesas, não causaram grandes constrangimentos. Se por um lado, estavam mais expostos ao controle português, por outro lado, a forma como o seu comércio era beneficiado no que se refere ao transporte das mercadorias, deixava em paz os homens saudáveis para a prática da caça, do comércio e da agricultura.

[1]* Doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra.
africaprint@sapo.pt.

Mata Mourisca, D. Francisco, in *Caminhos do Homem*, Edições SEDIPU, 1989, pag. 20.

[2] Keiling, Luiz Alfredo, *Quarenta Anos de África*, edição das Missões de Angola e Congo, Fraião Braga, 1934, pag 48.

[3] Oliveira, José Carlos, *Os Zombo na Tradição, na Colónia e na Independência (1ª Parte)* Revista Militar, Fevereiro/Março de 2009, pag. 169/225.

[4] Keiling, Monsenhor Luiz Alfredo, *Quarenta Anos de África*, edição das Missões de Angola e Congo, Fraião Braga, 1934, pag. 129.

[5] A Revista Militar publicou nos seus nºos, 2485,2486,2487,2488,2489 e 2490 de 2009, os capítulos 5, 6, 7, 8 e conclusão da mesma tese de doutoramento.

[6] Mais à frente se darão elementos para radicalizar o termo Xicoronho.

[7] No Norte de Angola de 1950 a 1975, depois em 1992 e mais recentemente em 2005 como visita particular de D. Francisco da Mata Mourisca, na diocese do Uíje.

[8] Keiling, Monsenhor Luiz, obra citada, pag. V.

[9] Veloso e Castro, *A Campanha do Cuamato em 1907*, Loanda, Imprensa Nacional 1908.

[10] Pelissier, René, *História das Campanhas de Angola*, Edit, Estampa, 1986, pag 18.

[11] Brunschwig, Henri, *A Partilha da África*, Publicações D. Quixote, Lisboa pag. 40.

[12] Decharmes, P., *La Colonisation Allemande*, Paris s.d. pag. 48, *Reichsanzeiger*, de 27 de Junho de 1884.

[13] Brunschwig, Henri, obra citada, pag. 43.

[14] Oliveira, José Carlos, obra citada, pag. 239.

[15] Keiling, Luiz Alfredo, obra citada pag. 142.

[16] Excerto que nos interessa fazer ressaltar.

[17] Correia, Roberto, *Angola Datas e Factos 1837/1912 e 1912/1961*, 3º e 4º volumes, 2000 e 2001, Coimbra.

[18] Santos, Maria Emília Madeira, *Silva Porto e os Problemas da África Portuguesa no século XIX*, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Coimbra, 1983, pag. 11.

[19] Pelissier, René, Idem, Volume 1, pag. 221.

[20] Provérbio da Sabedoria Cuanhama, in Charles Mittelberger, *A Sabedoria do povo Cuanhama em Provérbios e adivinhas, Cunene - Angola*, Edição L.I.A.M.1990, pag. 13.

[21] Bal, Willy, *Afro-Romanica Studia*, Edições Poseidon, Albufeira, 1979, pag. 68.

a) A Nota de rodapé de Willy Ball tem a ver, por sua vez, com um extracto de notas de O. Dapper. Permito-me à sua tradução livre do francês.

[22] Oliveira, José Carlos, *O Comerciante do Mato*, pag. 51.

[23] Oliveira, José Carlos, *O Comerciante do Mato*, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Africanos, 2004, pag. 11 e 12.

[24] Ribeiro, Manuel Ferreira (1901) *Guia Hygienico do Colono nas Terras Insalubres da África Central*. Typ. A Vap. da Papelaria Nunes & Filhos. Lisboa.

[25] Este comerciante do mato, em Moçambique, quem lhe ocupava o espaço era o chamado cantineiro, mas aqui com muito menor espaço de manobra, uma vez que tinha nos comerciantes vindos do Oriente os seus maiores concorrentes.

[26] CUNHA, Amadeu, *Jornadas e Outros Trabalhos do Missionário Barroso*, Lisboa, 1938, pág. 63.

[27] MARTINS, Alfredo Morais, in *Obra citada*, pág. 106.